



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL PLENO

PROCESSO Nº 006519/2026

TERMO DE JUNTADA

Pelo presente termo, faço a juntada aos autos supra da sustentação oral apresentada pela Excelentíssima Senhora **Ana Carolina Lobo Gluck Paul**, Procuradora-Geral do Estado do Pará, representando o Estado na Sessão Extraordinária de 27/05/2026, de análise das contas do Governo do Estado do Pará, exercício de 2025, quando lhe foi concedida a palavra para se manifestar, na forma como lhe faculta o artigo 261 do RITCE/PA:

Bom dia a todas. Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, em nome do senhor cumprimento os demais Conselheiros presentes nesta sessão. Bom dia Dr. Stanley, nosso Procurador-Geral de Contas, em nome de quem eu cumprimento os demais Procuradores de Contas aqui presentes. Quero cumprimentar a Sra. Samira Silveira Gazel Menezes, coordenadora do grupo de análise dessa prestação de contas, em nome de quem eu cumprimento toda a equipe que fez parte desse trabalho primoroso que foi apresentado. Cumprimento também o Tuffi, em nome de quem eu cumprimento todos os servidores desta casa. Aos meus colegas, equipe de gestão, Ivaldo, René, Reimão, em nome dos quais cumprimento todos os colegas de gestão, e incluo o Dr. Enorê, tendo em vista que também é Procurador do Estado.

Quero elogiar o relatório, o voto e o domínio do inglês da Conselheira Rosa Egídia. Eu iniciei minha vida profissional dando aulas de inglês, Conselheira, razão pela qual eu elogio o seu inglês. Foi um voto bastante minucioso. Desse modo, eu começo dizendo algo que eu sempre falo quando eu venho defender as contas do Estado: a Senhora Conselheira reforçou muito bem o que consta na Constituição, que o gestor público é obrigado a explicar os gastos públicos por meio da prestação de contas. Só que esse momento de prestação de contas, eu não vejo apenas como um dever, eu vejo também como um direito. O bom gestor tem o direito de apresentar a suas contas e ter a quitação de suas obrigações naquele ano.

É, de uma maneira muito confortável, Presidente, que mais uma vez eu venho nessa Casa fazer a defesa das contas. Porque todos os números que foram apresentados são bastante favoráveis a esta gestão. A minha equipe preparou uma nota de 16 (dezesseis) páginas, mas eu vou poupá-los dessa leitura, de modo que vou ressaltar apenas os pontos

principais que me levam a defender, não só de forma acirrada, mas principalmente, de forma orgulhosa, essa gestão.

Nosso PIB representa cerca de 40% de toda a região Norte. Nós somos o maior PIB da região Norte e o 12.º no ranking nacional. Tivemos 29,3% de redução da concentração de renda. Reduzimos a taxa de pobreza, que ainda pode ser reduzida? Pode, concordo. Mas nessa redução, nós tiramos da situação de vulnerabilidade 250.000 paraenses, isso é um número bastante expressivo. No final do primeiro ano do PPA de 2024/2027, nós já atingimos 65,8% de todas as metas estabelecidas para os indicadores sociais do Mapa de Exclusão Social. Isso também é um avanço muito grande em um ano. Nós somos o maior empregador da região Norte e eu vi aqui também no relatório alguns índices relacionados ao saneamento e à água.

Ano passado nós colocamos em execução um dos projetos mais audaciosos, que foi o da concessão do saneamento. Esse projeto, senhores, vai possibilitar que nós consigamos cumprir as metas de universalização do saneamento e do esgotamento, distribuição de água e esgotamento sanitário, respectivamente, em 2033 e 2039.

Então eu espero que o colega que venha fazer a defesa das contas aqui em 2033 possa dizer que essa meta foi cumprida, graças a um projeto que foi concretizado com o início de execução ano de 2025. Em relação a execução orçamentária, mais uma vez, estou extremamente confortável para fazer a defesa das contas, porque nós temos aqui, com a chave do cofre, um secretário que, eu não gosto de usar a palavra incansável, porque todos nós cansamos e continuamos trabalhando, mesmo cansados, mas um secretário empenhado em dar ao Estado saúde financeira e orçamentária.

A maioria das 335 ações distribuídas em 14 programas tiveram índices maiores do que 80% de execução física. As que ainda não atingiram seu reflexo, obviamente, em razão de complexidades técnicas, de intervenções muito grandes, que precisam, realmente, de mais tempo para serem executadas. Com relação à demonstração contábil, nós temos um balanço orçamentário com superávit de mais de 887 milhões. Um saldo patrimonial positivo de mais de R\$ 46 bilhões de reais. Como o secretário René mostrou quando nós viemos entregar as contas aqui, tempestivamente, a nossa receita corrente líquida só faz crescer ao longo dos anos. E ela, no ano de 2025, foi a maior dos últimos anos, desde 2018 para cá. Em relação à gestão fiscal, nós tivemos estrito cumprimento de todas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição.

As despesas com pessoal, todas se mantiveram abaixo do limite. E, mais do que isso, essa equipe de gestão que está aqui, foi responsável também por ter, em termos de percentuais, diminuído, em 2025, as despesas com pessoal. A dívida consolidada líquida, também está bastante baixa, comparada a tudo o que nós poderíamos ter de endividamento, 9,01%, operações de crédito 5,76% da receita corrente líquida ajustada. As despesas com serviço da dívida pública, 4,21% da receita corrente líquida ajustada. Cumprimos,

integralmente, todas as metas fiscais de resultado primário e resultado nominal da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Regra de ouro, também constitucionalmente prevista, integralmente cumprida. As despesas obrigatórias com educação e saúde, como foi ressaltado também na fala do Ministério Público de Contas, foram todas atingidas e superadas, inclusive os gastos com a educação, também, como o secretário René apresentou para vocês quando viemos entregar as contas, os gastos com a educação também são crescentes.

Com relação aos recursos do FUNDEB, mais de 85% foram destinados à remuneração do professor. Nós temos a segurança de dizer aqui no Estado, que nós pagamos o piso do magistério. Os gastos com a saúde também são crescentes. Não nos limitamos a gastar o mínimo. Nós queremos mais do que isso. A nossa CAPAG (capacidade de pagamento) aumentou para B+, como foi colocado também. Só que o “A” que nós recebemos de indicador de solvência, vale por um triplo “A” e eu já vou dizer o porquê. Essa nota “A”, nesse ano, que foi um ano de muitos investimentos, nós temos um indicador de insolvência do endividamento em padrão ouro, ele vale por um triplo “A”.

Com relação às recomendações, nós compreendemos as dificuldades de cumprir todas integralmente, principalmente com relação, como a senhora colocou, Conselheira, nas recomendações três, quatro, cinco, seis, sete e quinze, que falam de metas fiscais, renúncias, regionalização e orçamento de investimentos. O critério que nós adotamos é a distribuição territorial consolidada. Então, isso dá um pouco de diferença em relação às exigências do Tribunal de Contas.

E com relação a outra, que teve, também, bastante recomendações, que são os apontamentos dez, treze, quatorze e quarenta, que tratam da avaliação e consistência do sistema SIGPLAN, o secretário Ivaldo é insistente em aprimorar a ferramenta de integração eletrônica automática com SIAFI. Todas essas nossas ações, todas essas nossas atividades, estão em aprimoramento e todas as recomendações que vocês fazem são levadas em consideração. Se não conseguimos cumpri-las integralmente, ao menos tentamos executá-las na velocidade que a máquina pública permite. Porque, às vezes, não é tão fácil. A velocidade da gestão pública não é tão acelerada quanto gostaríamos. Só que isso são números, senhores, e números, como os senhores sabem, são milhares. Eu posso aqui falar de vários números sem que eles representem muita coisa. Eles são milhares e eles são frios. Nós tivemos no ano de 2025, um motivo de orgulho para todos os paraenses. Esses números todos foram revertidos em ações concretas, ações visíveis, ações que todos nós paraenses presenciamos. Só com transporte nós gastamos mais de 3,2 bilhões em investimentos. Isso significa o BRT. Isso significa a nova Ponte do Outeiro. Isso significa mais de 1,6 mil quilômetros de asfalto do programa “Asfalto por todo o Pará”. Significa asfalto, “Programa Asfalto COP” em 35 bairros e distrito de Belém.

Em termos de urbanismo, infraestrutura, significou a entrega do Parque da Cidade. Significou o “Porto Futuro Dois”, significou a requalificação de vários espaços

urbanos que, hoje, aproveitamos. Macrodrenagem de canais. Na educação, nós investimos 486 milhões de reais e tudo isso não é só refletido nas reformas de escolas ou reformas de creches, ou mesmo na remuneração até acima do piso que o Estado do Pará paga. Nós conseguimos, no ano de 2025, atingir o quinto lugar no IDEB do ensino médio. Isso foi um salto enorme da educação. A gente vê que, realmente, todos esses investimentos estão sendo transformados em serviços públicos de qualidade.

Com relação à saúde, nós investimos R\$ 300 milhões. Isso representou Hospital da Mulher, Hospital Regional de Castanhal, mais de 46 entregas ao longo do governo. Investimento fortíssimo na saúde materno-infantil, ampliação dos NATEIAS. Agora, temos NATEIAS, inclusive, no interior. Tudo isso é fruto de investimentos na educação. Na segurança, nós tivemos mais de R\$ 399 milhões em investimentos. Isso representou a maior queda de homicídios da região norte no ano passado. Um programa de segurança nos rios, que representou, por exemplo, na redução de cerca de 55% da criminalidade em travessias de ribeirinhos. Algumas conquistas sociais, nós tivemos também. Mas antes disso, por que eu falo que vale o triplo “A”? Porque nós investimos tudo isso. Nós transformamos o Estado do Pará e nós temos uma saúde financeira de endividamento nível “A”. Isso significa que o Estado sabe não só aplicar os seus recursos, mas ele sabe também captar recursos para utilização em investimento no Estado.

Com relação às nossas conquistas sociais, a Conselheira Relatora destacou o PL recente de 30% das vagas em concursos e PSS e os novos concursos e PSS já estão vindo, agora em 2026, com esse destaque para pretos, pardos, indígenas e quilombolas. Hoje mesmo, Conselheira, a senhora colocou que ainda não tem algumas ações concretas em relação a isso. Por coincidência, hoje mesmo está acontecendo na PGE um encontro sobre o lançamento de um projeto de um censo que vai abranger o Estado inteiro, todos os servidores do Estado, para que possamos mapear essa população e desenvolver políticas públicas relacionadas a ela. Hoje mesmo, nós estamos lançando isso. Vai vir na prestação de contas de 2026, mas hoje estamos lançando, junto com a SEFA e com a SEPLAD.

Com relação ao enfrentamento da violência contra a mulher, nós lançamos o Programa de Enfrentamento, que é um plano estadual que vai de 2025 a 2034. Então, os resultados dele vão vir ao longo desses anos, mas já tivemos algumas ações relacionadas a isso, como a Sala Lilás, como a Patrulha da Maria da Penha e muitas outras ações que estão por vir. Tivemos várias titulações de terras quilombolas e tantas outras conquistas do Estado do Pará. Só que mais do que isso, senhores, eu acho que ano passado foi um ano que recuperou a autoestima do paraense.

A COP-30 veio para mostrar para todos nós, para todo o Brasil, para o mundo inteiro, que nós estamos preparados para o que der e vier. Nós tivemos capacidade de investimento, nós revolucionamos a infraestrutura da cidade, a mobilidade urbana da cidade. Sendo um pouco mais informal, como eu costumo ser, eu digo que lá nos anos de 2010, nós

não aceitamos não ter sido sede da Copa do Mundo de 2014. Isso ficou travado na nossa garganta. O ano de 2025 veio para gente gritar o nosso gol, que não gritamos em 2014, por não termos sido sede da Copa. Porque nós sediamos um evento de uma envergadura altíssima, com muita maestria, com muita sabedoria e recuperou a autoestima do paraense. Nós mostramos que a nossa estrela mais alta na bandeira, ela não brilha só mais alta na bandeira, ela brilha no Brasil inteiro e ela brilha no mundo inteiro. O evento foi um evento mundial.

Então, senhores, com muita segurança, com muito conforto, eu faço a defesa das contas do governo, eu faço a defesa dos projetos que nós executamos e eu peço aqui a emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, ratificando o que o Ministério Público de Contas já falou. Muito obrigada.

Belém, 27 de maio de 2026.

JORGE BATISTA JUNIOR
Secretário-Geral do Tribunal Pleno